

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 20 de março de 2019.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| Notas | 2018 | | 2017 | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2018 | Reapresentado | 2017 | Reapresentado |
| Ativo | | | | |
| Circulante | 23.978 | 35.583 | 10.819 | 13.762 |
| Disponibilidades | 4 | 115 | 10.819 | 13.762 |
| Títulos e valores mobiliários | 14.811 | 26.328 | | |
| Carteira própria | 5 | 14.811 | 7c | 850 |
| Outros créditos | 8.804 | 8.782 | | |
| Rendas a receber | 6a | 2.432 | 7c | 9.969 |
| Diversos | 6b | 6.372 | | 21.765 |
| Outros valores e bens | 248 | 201 | | |
| Despesas antecipadas | | 248 | | 1.762 |
| Investimentos | 54 | 67 | | |
| Outros investimentos | | 54 | 7c | 21.765 |
| Realizável a longo prazo | 24.110 | 21.563 | | |
| Outros créditos | 24.103 | 21.563 | | |
| Diversos | | 24.103 | 9 | 16.473 |
| Outros valores e bens | 7 | - | | |
| Despesas antecipadas | | 7 | | 262.671 |
| Permanente | 969 | 1.123 | | |
| Investimentos | 54 | 67 | | |
| Outros investimentos | | 54 | | 262.671 |
| Imobilizado de uso | 655 | 458 | | |
| Outras imobilizações de uso | | 1.529 | | 1.529 |
| (-) Depreciações acumuladas | | (874) | | (1.503) |
| Intangível | 260 | 598 | | |
| Outros ativos intangíveis | | 1.689 | | 1.689 |
| (-) Amortização acumulada | | (1.429) | | (1.091) |
| Total do ativo | 49.057 | 58.269 | 49.057 | 58.269 |
| Passivo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Outras obrigações | | | | |
| Fiscais e previdenciárias | 7b | 850 | | 850 |
| Diversas | 7c | 9.969 | | 12.872 |
| Exigível a longo prazo | 21.765 | 18.499 | | |
| Outras obrigações | 21.765 | 18.499 | | |
| Diversas | 7c | 21.765 | | 18.499 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | | 262.671 | | 262.671 |
| De domiciliados no exterior | | 262.671 | | 262.671 |
| Prejuízos acumulados | | (246.198) | | (236.663) |
| Total do passivo | 49.057 | 58.269 | 49.057 | 58.269 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|---|----------------|----------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 - reapresentado | 232.823 | (216.817) | 16.006 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (19.846) | (19.846) |
| Aumento de capital | 29.848 | - | 29.848 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado | 262.671 | (236.663) | 26.008 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (9.535) | (9.535) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 262.671 | (236.614) | 26.057 |
| Saldos em 30 de junho de 2018 | 262.671 | (6.584) | (6.584) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 262.671 | (246.198) | 16.473 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária da CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 99.999998% com sede na França e do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. 0,000002% (mesmos valores em 2017) com sede no Brasil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. Em 2018 a CA Indosuez Wealth (Brazil) SA DTVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equities, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliam a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado níveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos além de continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na geração de novos negócios que contribuam igualmente para o resultado da empresa. O reconhecimento da qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) **Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.
c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2017, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.
d) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
A ocorrência de uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.
e) **Investimentos**
Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.
f) **Imobilizado e intangível**
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.
O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.
g) **Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)**
São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
h) **Demais ativos e passivos**
Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.
i) **Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%. Conforme Lei nº 13.169/15, retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
A DTVM não apresentou base tributável em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 8.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
As contingências referentes a processos trabalhistas referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.
k) **Resultado por ação**
O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional
2018 **2017**
115 272
115 272

5. Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:
a) **Títulos e valores mobiliários**
a.1) **Composição por classificação**

| | 2018 | | 2017 | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Custo | Mercado | Custo | Mercado |
| Carteira própria | 14.811 | 14.811 | 26.331 | 26.328 |
| Negociação | 14.811 | 14.811 | 26.331 | 26.328 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | | | | |
| Total | 14.811 | 14.811 | 26.331 | 26.328 |

a.2) **Composição por prazo de vencimento**
Até 3 meses
2018 **2017**
14.811 26.328
14.811 26.328

a.3) **Composição por emissor**
2018 **2017**
14.811 26.328
14.811 26.328

Títulos de renda fixa
Títulos públicos
Letras do Tesouro Nacional (i)
Em 31 de dezembro de 2018, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.112 (R\$ 1.088 em 2017).
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

6. Outros créditos
a) **Rendas a receber**
Em 31 de dezembro de 2018, a Distribuidora possui registrado como "rendas a receber" no montante de R\$ 2.432 (R\$ 1.762 em 2017) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R\$ 9.963.060 (R\$ 7.179.164 em 2017) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|--------------------|
| Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i) | 1.281.168 | 1.600.058 |
| Fundos de investimento em ações | 27.316 | 24.553 |
| Carteiras administradas | 1.790.327 | 1.780.003 |
| Outros fundos de renda fixa | 8.518.246 | 5.086.144 |
| Subtotal de recursos de terceiros | 11.617.057 | 8.490.758 |
| Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora | (1.653.997) | (1.311.594) |
| Total | 9.963.060 | 7.179.164 |

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento. As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 27.339 (R\$ 16.723 em 2017) - Nota 11.
b) **Diversos**

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Circulante | 6.372 | 7.020 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 519 | 452 |
| Valores a receber sociedades ligadas (Nota 17.a) | 958 | 2.016 |
| Pagamentos a ressarir | - | 6 |
| Devedores diversos | 2 | 7 |
| Impostos e contribuições a compensar | 284 | 274 |
| Ativo contingente - Recuperação de processo (ii) | 3.715 | 3.637 |
| Outros | 894 | 632 |
| Realizável a longo prazo | 24.103 | 21.563 |
| Impostos e contribuições a compensar | 207 | 186 |
| Devedores por depósito em garantia | 80 | - |
| Depósito judicial (i) | 23.816 | 21.377 |
| Total | 30.475 | 28.583 |

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINs no valor de R\$ 20.916 (R\$18.830 em 2017) e outros no valor de R\$ 2.900 (R\$ 2.547 em 2017) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora. As atualizações monetárias dos depósitos judiciais de COFINs correspondem a R\$ 761 (R\$ 1.104 em 2017) e outros no valor de R\$ 168 (R\$ 153 em 2017).
(ii) Referente a valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE), referente a 1996. Foi julgado inconstitucional e a DTVM entrou na qualidade de requerente no processo em Outubro de 2016.

A movimentação de depósitos judiciais no exercício está abaixo apresentadas:

| | 2018 | | 2017 | |
|-------------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | Fiscal | Trabalhista | Fiscal | Trabalhista |
| Saldo no início do exercício | 19.867 | 1.510 | 21.377 | 18.253 |
| Constituições | 1.371 | 556 | 1.927 | 958 |
| Reversões/realizações | - | (418) | (418) | (241) |
| Atualizações | 812 | 11 | 930 | 897 |
| Saldo no final do exercício | 22.050 | 1.766 | 23.816 | 19.867 |

7. Outras obrigações
a) **Negociação e intermediação de valores**
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar. Não foram apresentados valores em 2018 e 2017.
b) **Fiscais e previdenciárias**

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Circulante | 850 | 890 |
| Impostos e contribuições a recolher | 850 | 890 |
| Total | 850 | 890 |

c) **Diversas**

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Circulante | 968 | 12.872 |
| Provisão para encargos trabalhistas | 2.826 | 3.113 |
| Provisão para gratificação | 4.386 | 4.181 |
| Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 17.a) | 1.663 | 1.267 |
| Fornecedores | 220 | 251 |
| Publicação | 25 | 18 |
| Provisão de reestruturação (i) | 390 | 3.924 |
| Outros pagamentos | 19.986 | 17.941 |
| Exigível a longo prazo | 21.765 | 18.499 |
| Outros passivos contingentes (Nota 8 b) | 21.765 | 18.499 |
| Total | 31.734 | 31.371 |

(i) Parcela remanescente da provisão referente a reestruturação da DTVM iniciada em 2017.
8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
a) **Ativos contingentes**
Em 27 de setembro de 2017, a Distribuidora detinha o valor de R\$ 3.715 (R\$3.637 em 2017) de ativo contingente referente a crédito de adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE) conforme nota 6b.
b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**
As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 21.765 (R\$ 18.499 em 2017) (nota 7c), como segue:
A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINs nos termos da Lei nº 9.178/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" o montante de R\$ 19.986 (R\$ 17.941 em 2017), bem como depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 20.916 (R\$ 18.830 em 2017), julgado suficiente pela administração para fazer face a possíveis perdas.
Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.
As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 1.779 (R\$ 558 em 2017), para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas.
A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

| | 2018 | | 2017 | |
|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor reclamado | Valor provisionado |
| Riscos fiscais | 19.986 | 19.986 | 17.941 | 17.941 |
| Riscos trabalhistas | 1.779 | 1.779 | 558 | 558 |
| Total | 21.765 | 21.765 | 18.499 | 18.499 |

c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

| | 2018 | | 2017 | |
|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor reclamado | Valor provisionado |
| Riscos fiscais | 612 | 565 | - | - |
| Riscos trabalhistas | - | - | 613 | 566 |
| Total | 612 | 565 | 613 | 566 |

d) **Órgãos reguladores**
Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.
9. Capital social e dividendos
Em 27 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da instituição de R\$ 232.823 para R\$ 262.671, mediante emissão de 29.848.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas subscritas nesta data por meio de integralização em moeda corrente nacional, pelo acionista CA Indosuez Wealth Group. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de outubro de 2017.
a) **Capital social**
O Capital social é de R\$ 262.671 e está representado por 262.670.906 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no exterior.
b) **Reserva legal**
A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.
c) **Reserva especial de lucros**
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.
Em 31 de dezembro de 2018, a Distribuidora apresentou prejuízo de R\$ 9.535 (R\$ 19.846 em 2017) não constituindo reserva de lucros no período.
d) **Dividendos**
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

★ continuação

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de **Market Risk** com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Distribuidora e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.creditagricolebrasil.com.br

Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada à lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem em conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, perdas operacionais,

incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.creditagricolebrasil.com.br.

Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a Responsabilidade Socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

A Diretoria



José Luiz Gonzaga - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Ano 2018

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de Dezembro de 2018 e 2017 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a

posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se 4 vezes no ano de 2018 para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras desta entidade e Conglomerado Prudencial para Dezembro 2017 e Junho 2018; (ii) aprovação do regulamento e plano anual de Auditoria Interna para 2019 conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.588; (iii) ciência dos principais assuntos Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes as Demonstrações Financeiras aprovadas por este Comitê; (iv) ciência do Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais conforme Circular do

Banco Central nº 3.467/09; (v) ciência dos relatórios de Ouvidoria para o 2º Semestre de 2017 e 1º Semestre de 2018; (vi) ciência do Ofício Bacen referente a revisão SRC realizada no último trimestre de 2017.

Tomaram posse como membros do Comitê, os Srs. Christophe Clevenot e Nuno Bessa Correia conforme AGE de 19 de Janeiro de 2018 e 23 de Novembro de 2018 respectivamente. Apresentaram renúncia nas mesmas datas, os Srs. Gilliane Coeurderoy e Gilles Gantois.

São Paulo, 29 de março de 2019
Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Srs. Administradores e acionistas da

CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as informações correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 2 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
2SP034519/O-6
Emerson Morelli
Contador CRC - 1SP249401/O-4